

William Waack

Se forem adeptos da teoria do cerco, os negociadores da dívida externa brasileira teriam bons motivos para fechar os portões da paliçada. O endurecimento dos credores internacionais já configura, de fato, a aplicação de um garrote:

- O Clube de Paris, que congrega os credores oficiais, resolveu não ratificar um acordo de reescalonamento assinado com o Brasil. Significa que alguns vencimentos teriam de ser pagos pelo país imediatamente.

- Os bancos japoneses, ainda antes dos americanos, terão de declarar prejuízos sobre créditos concedidos ao Brasil. Significa que a credibilidade em geral e as linhas de crédito de curto prazo, em particular, sofrerão mais ainda.

- Os últimos fornecedores de recursos externos para o Brasil, como o Banco Mundial, querem esperar pelas negociações com os bancos privados, antes de liberar mais empréstimos. Significa que mais uma incógnita está embutida nas contas brasileiras de 87/88.

Diante de tudo isto, o governo brasileiro reagiu da maneira que já se previa algumas semanas atrás. O ministro Bresser Pereira tratou de aliviar o cerco, dizendo que estaria disposto a efetuar um pagamento simbólico aos bancos credores.

As autoridades vêm repetindo com certa veemência que não pensam em dar esse passo, isto é, pagar uma "prestação" dos juros devidos desde 20 de fevereiro último, quando o presidente Sarney declarou a moratória. As declarações do ministro não precisam ser interpretadas como volta atrás. Parece razoavelmente óbvio que esse gesto simbólico constitui, no momento, a única forma de ir adiante.

Vista da perspectiva brasileira, a situação internacional tem contornos consideravelmente ameaçadores. A rigor, o Brasil não conta com qualquer aliado, a não ser, de maneira indireta, uma piora ainda mais acentuada da posição de outros países altamente endividados, em especial a Argentina.

O longo trabalho que o Brasil desenvolveu desde o começo do ano, procurando convencer os governos dos países industrializados a mostrar maior flexibilidade diante da crise do endividamento, não produziu ainda efeitos marcantes a curto prazo — justamente o problema que tem de ser resolvido agora. Ao contrá-

rio, o Clube de Paris mostra-se arrependido de ter violado uma de suas próprias regras, ao assinar um acordo com o Brasil, no começo do ano, *ad referendum* do FMI.

Outro possível aliado, os japoneses, traz em relação ao Brasil uma ortodoxia digna das melhores tradições orientais. Considerando-se a atitude bastante conservadora de empresários e financistas japoneses em áreas onde atuam com grande empenho — os Estados Unidos —, a cautela em relação ao Brasil não constitui qualquer surpresa. Não é de agora, aliás, que um sorriso japonês é tido como algo indevassável.

Sensível a opiniões alheias e acostumado ao debate, o ministro Bresser tem demonstrado uma curiosa capacidade de alterar parte do conteúdo de seus pronunciamentos públicos, dependendo da atmosfera onde se encontra. Em Brasília, por exemplo, Bresser costuma exibir maior afinidade com posições que o PMDB considera caras em termos de negociação da dívida externa.

Em suas duas últimas viagens a Washington, incluindo a que termina hoje, ao regressar da reunião anual do FMI, Bresser parece ter colocado as propostas brasileiras em patamar que os credores, em especial os bancos privados, poderiam alcançar. Isto pode lhe trazer críticas internas, mas grande parte de seus assessores vem repetindo desde o mês de julho aquilo que o ministro só agora pronuncia formalmente: não há condições políticas para a elaboração de qualquer acordo a longo prazo com os credores internacionais.

Nesse sentido, um acerto interino com os bancos pode se materializar num entendimento capaz de salvar a cara de todos por algumas semanas. O Brasil paga parte dos juros e os bancos toleram a recusa em ir ao FMI até o começo do próximo ano. Alguma fórmula de refinanciamento de parte dos juros tem de ser trabalhada, e isto começa amanhã em Nova Iorque. Para todos os efeitos, o governo brasileiro preserva este instrumento que se tornou tão caro: a moratória.

É um provisório dentro da mais cara tradição ortodoxa, isto é, haja barriga para empurrar tantos bilhões de dólares. E garante aos sitiados do Forte Apache que os batedores possam ir buscar água.